



Des. Cláudio Renato dos Santos Costa
Presidente

Des. Mário Lúcio Carreira Machado
1º Vice-Presidente

Des. Joaquim Herculano Rodrigues
2º Vice-Presidente

Desª. Márcia Maria Milanez
3º Vice-Presidente

Des. Antônio Marcos Alvim Soares
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Luiz Audebert Delage Filho
Vice-Corregedor-Geral de Justiça

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - ANO III - BELO HORIZONTE, QUARTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2010 - Nº 164

Lei Federal nº 11.419 de 19/12/2006, art 4º

“Assinatura Digital: o presente documento está assinado digitalmente, nos termos da Lei 11.419/2006 e MP 2.200-2/2001. A assinatura digital constitui forma de criptografia eletrônica do documento. Ela está empregada neste documento eletrônico como recurso tecnológico da segurança da informação. Os dados que compõem cada informação deste documento foram cifrados pela assinatura digital quando do respectivo armazenamento no equipamento-banco-de-dados do TJMG. Para a cifração e armazenamento, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais empregou certificados digitais expedidos por instituição certificadora devidamente credenciada na ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira). O presente documento recebeu assinatura digital com uso de Certificado de padrão ICP-Brasil com algoritmo de assinatura “sha1RSA”, expedido pela Autoridade Certificadora denominada “AC PRODEMGE SRF”, usado padrão de algoritmos criptográficos de RSA(1024 bits). Os métodos criptográficos empregados impedem que a assinatura eletrônica seja falsificada, ou que os dados do documento digitalmente assinado e armazenado sejam adulterados ou copiados, tornando-os invioláveis. Encontram-s garantidas, pela assinatura digital, a autenticidade e a inviolabilidade de todos os dados do presente DIÁRIO DO JUDICIÁRIO DO TJMG.”

PRESIDÊNCIA

Chefe de Gabinete: Gutenberg José Leite Junqueira
08/09/2010

EDITAL DE REMOÇÃO Nº. 08/2010

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Portaria n.º. 2.394, de 15/01/2010, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas para a realização do processo seletivo visando ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Justiça de Primeira Instância, por meio da remoção a pedido.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e sua execução caberá à Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos – DEARHU.

1.2. Todas as publicações oficiais serão feitas no Diário do Judiciário Eletrônico – Dje.

1.3. Ficam abertas, a partir das 8h (oito horas) do dia 10.09 até às 18h (dezoito horas) do dia 14.09 do corrente ano, as inscrições para o processo seletivo de remoção, a pedido, para o preenchimento das

vagas a seguir apontadas:

Comarca	Vagas	Cargo
Abre-Campo	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Aimorés	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Oficial de Justiça Avaliador
Araçuaí	1	Técnico de Apoio Judicial de 2ª. Entrância C/B/A
Belo Horizonte	6	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Belo Horizonte	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Oficial Judiciário
Belo Horizonte	1	Oficial de Apoio Judicial B
Betim	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Buritiz	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Camanducaia	1	Técnico de Apoio Judicial de 1ª. Entrância C/B/A
Canápolis	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Campo Belo	1	Técnico de Apoio Judicial de 2ª. Entrância C/B/A
Conselheiro Lafaiete	1	Técnico Judiciário C/B/A – Psicólogo Judicial
Contagem	1	Técnico Judiciário C/B/A – Assistente Social Judicial
Frutal	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Governador Valadares	1	Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C/B/A
Guanhães	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Oficial de Justiça Avaliador
Ibirité	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Igarapé	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Inhapim	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Itajubá	1	Técnico de Apoio Judicial de 2ª. Entrância C/B/A
Jacinto	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Lagoa da Prata	2	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Lambari	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Manga	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Mesquita	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Montalvânia	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Monte Carmelo	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Mutum	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A

Nanuque	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Patrocínio	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Piumhi	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Poços de Caldas	1	Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C/B/A
Ribeirão das Neves	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Santa Rita de Caldas	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Santa Rita do Sapucaí	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Santa Rita do Sapucaí	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Oficial Judiciário
Santa Vitória	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
São Gonçalo do Sapucaí	1	Técnico de Apoio Judicial de 2ª. Entrância C/B/A
São João Del-Rei	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Comissário da Infância e da Juventude
Senador Firmino	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Sete Lagoas	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Tupaciguara	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Turmalina	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Oficial Judiciário
Uberaba	1	Técnico de Apoio Judicial de Entrância Especial C/B/A
Uberlândia	1	Oficial de Apoio Judicial D/C/A
Uberlândia	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Oficial de Justiça Avaliador
Virginópolis	1	Oficial Judiciário D/C/B/A – Oficial de Justiça Avaliador

2. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar do Processo Seletivo de Remoção o servidor titular de cargo de provimento efetivo das Secretarias de Juízo e dos Serviços Auxiliares da Justiça de Primeira Instância que pretenda obter remoção para cargo com especialidade idêntica que se encontre vago em outra comarca.

2.2. Para a vaga de Técnico de Apoio Judicial da comarca de Araçuaí, poderão concorrer titulares do cargo de Técnico de Apoio Judicial de comarca de 2ª. Entrância, desde que lotados em Secretaria.

2.3. Para as vagas de Técnico de Apoio Judicial das comarcas de Campo Belo e São Gonçalo do Sapucaí, poderão concorrer titulares do cargo de Técnico de Apoio Judicial de comarca de 2ª. Entrância, desde que lotados em Contadoria.

2.4. Para a vaga de Oficial de Apoio Judicial B da comarca de Belo Horizonte, poderão concorrer titulares do cargo de Oficial de Apoio Judicial B, desde que lotados em Secretaria.

2.5. Para a vaga de Técnico de Apoio Judicial da comarca de Camanducaia, poderão concorrer titulares do cargo de Técnico de Apoio Judicial de comarca de 1ª. Entrância, desde que lotados em Secretaria.

2.6. Para as vagas de Técnico de Apoio Judicial das comarcas de Governador Valadares e Poços de Caldas, poderão concorrer titulares do cargo de Técnico de Apoio Judicial de comarca de Entrância Especial, desde que lotados em Secretaria.

2.7. Para a vaga de Técnico de Apoio Judicial da comarca de Uberaba, poderão concorrer titulares do cargo de Técnico de Apoio Judicial de comarca de Entrância Especial, desde que lotados em Contadoria.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Os interessados deverão se inscrever no Processo Seletivo de Remoção mediante preenchimento de formulário eletrônico, acessível na *intranet*, no menu Pessoal, opção Remoção / Candidato, vedada a realização de mais de uma inscrição por servidor.

3.2. O candidato poderá optar por mais de uma comarca, devendo, para tanto, indicar no requerimento de inscrição a ordem de preferência.

3.3. Não serão analisados pedidos de alteração na ordem de preferência das comarcas indicadas.

3.4. O candidato deverá manter atualizados o seu endereço eletrônico e o número de seu telefone, a fim de viabilizar os contatos necessários.

3.5. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação das condições do processo seletivo, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.6. As informações constantes do formulário de inscrição serão prestadas sob inteira responsabilidade do candidato.

4. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

4.1. Se o número de interessados for maior que o de vagas oferecidas em cada comarca, observar-se-ão, sucessivamente, para fins de classificação e, se necessário, de desempate, os seguintes critérios:

- a) maior tempo de exercício no TJMG após a data de posse no cargo de provimento efetivo atualmente ocupado;
- b) maior tempo de exercício no TJMG como titular de cargos de provimento efetivo na Justiça de Primeira Instância;
- c) maior idade, considerando dia, mês e ano de nascimento;
- d) ordem de inscrição.

4.2. Para apuração do tempo de serviço referido nas alíneas "a" e "b" do item 4.1 será considerado o período laborado até 20/07/2010, desprezando-se os períodos:

- a) anteriores à data da última remoção a pedido;
- b) de faltas não abonadas;

c) de gozo de licença para tratar de interesses particulares;

d) de gozo de licença para acompanhar cônjuge;

e) correspondentes ao cumprimento de penalidade de suspensão;

f) de disponibilidade remunerada;

g) relativos à aposentadoria por invalidez do servidor que retornou ao serviço em decorrência de reversão;

h) de afastamento preliminar para aposentadoria;

i) durante os quais o servidor se encontrar à disposição de outros órgãos públicos ou não, observado o disposto no item 4.3.

4.3. Excluem-se, do disposto na alínea "i" do item 4.2, os períodos em que o servidor estiver:

a) à disposição de outro órgão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais;

b) à disposição do serviço eleitoral em decorrência de requisição;

c) licenciado para o exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;

d) licenciado para o exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical representativa de servidores públicos.

4.4. A lista contendo o nome de até 10 (dez) candidatos melhor classificados por vaga será publicada nos termos do item 1.2.

4.5. Caberá recurso contra a lista de classificados no prazo de 3 (três) dias úteis contados da sua publicação.

4.6. Somente serão admitidos recursos encaminhados mediante preenchimento de formulário eletrônico, acessível na *intranet*, no menu Pessoal, opção Remoção / Candidato.

4.7. O recurso deverá ser instruído com as justificativas acerca do fundamento da impugnação e dirigido ao titular da Gerência de Provimento e de Concessões aos Servidores – GERSEV –, que, se não reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhá-lo-á ao titular da DEARHU para decisão no prazo de 3 (três) dias úteis.

4.8. Divulgada a decisão acerca dos recursos ou transcorrido em branco o prazo para sua apresentação, a classificação final dos candidatos será homologada pelo Presidente do TJMG.

5. DA CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS E DOS REQUISITOS PARA O PREENCHIMENTO DAS VAGAS

5.1. O servidor melhor classificado será convocado por intermédio de publicação nos termos do item 1.2 para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, protocolizar, na Coordenação de Movimentação e Expedição de Documentos – COMEX, da Secretaria do Tribunal de Justiça, o requerimento de remoção, observado o modelo contido no Anexo I.

5.2. A convocação do servidor na forma do item 5.1 implicará a exclusão do seu nome da lista de classificados para as demais comarcas.

5.3. O servidor convocado poderá requerer a desistência da remoção ao titular da DEARHU, por meio do formulário constante do Anexo II.

5.4. Ainda que classificado, não será admitida a remoção do servidor que:

a) não apresentar tempestivamente o requerimento com todos os campos constantes do formulário de que trata o Anexo I devidamente preenchidos;

b) não obtiver a manifestação favorável dos Juízes Diretores do Foro da Comarca na qual se encontre lotado e daquela para a qual requeira a remoção;

c) estiver respondendo a processo disciplinar;

d) incorrer em hipótese de vedação legal.

5.5. Analisados os requerimentos previstos nos itens 5.1 e 5.3, os respectivos atos serão publicados nos termos do item 1.2.

5.6. No prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação, o interessado poderá solicitar a reconsideração do indeferimento do pedido de remoção, cuja decisão será publicada nos termos do item 1.2.

5.7. Nos casos previstos nos itens 5.3 e 5.4, será convocado o próximo candidato classificado no processo seletivo a que se refere este Edital.

5.8. O servidor deverá iniciar o exercício de suas funções na comarca para onde for removido no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de remoção.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Os prazos referidos neste Edital serão contados em conformidade com o disposto na Portaria-Conjunta nº. 119, de 9 de maio de 2008.

6.2. Serão considerados dias úteis os de funcionamento normal da Secretaria do TJMG.

6.3. O TJMG não se responsabilizará pelas despesas decorrentes da remoção do servidor para a nova sede nem por aquelas necessárias à instrução dos procedimentos para participação no certame.

6.4. A lotação do servidor removido será definida pelo Diretor do Foro, observada a conveniência administrativa.

6.5. À exceção dos requerimentos de que tratam os itens 5.1 e 5.3, somente serão analisados pedidos ou recursos relativos ao Processo Seletivo de Remoção enviados pelo servidor mediante sistema eletrônico, cujo recebimento será confirmado por intermédio de mensagem eletrônica dirigida ao *e-mail* a que se refere o item 3.4.

6.6. O acompanhamento das publicações, avisos e comunicados referentes ao processo seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.

6.7. As vagas que não forem preenchidas na forma prevista neste Edital serão destinadas ao provimento por candidatos aprovados em concurso público vigente.

6.8. Não havendo candidatos classificados em concurso público, as vagas referidas no item 6.7 poderão ser preenchidas mediante processos seletivos de remoção posteriores.

6.9. Os itens deste Edital poderão eventualmente ser alterados enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em aviso a ser publicado nos termos do item 1.2.